

NOVONOR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

NOVONOR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPI" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Reconhecimento da perda por *impairment* das debêntures a receber e dos investimentos na Arena Itaquera S.A. e FII Arena como resultado da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial

Conforme explicado nas Notas nos 1(b) e 11, a Companhia teve seu plano de recuperação judicial aprovado em 27 de julho de 2022 e homologado em 17 de agosto de 2022, e divulga os principais eventos decorrentes da aprovação e homologação do PRJ, os quais incluem a renegociação de suas dívidas e créditos com terceiros e, adicionalmente, inclui a alienação das debêntures a receber relativas à Arena Itaquera e as participações societárias na Arena Itaquera S.A. e FII Arena por valores inferiores aos registrados em exercícios anteriores às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Os efeitos da alienação das debêntures a receber e das participações societárias relativas à Arena Itaquera S.A. e FII Arena, por valores inferiores aos seus registros contábeis confirmam a existência de condições, provenientes de exercícios anteriores, sobre a desvalorização destes ativos, todavia, o reconhecimento da perda por *impairment* foi realizado apenas no exercício de 2022 de forma que os períodos comparativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, não refletem a revisão das estimativas de realização das debêntures a receber e da realização das participações societárias relativas à Arena Itaquera S.A. e FII Arena.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1(e) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022, que indica que a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos líquidos em montantes de R\$ 559.853 mil (R\$ 94.255 mil em 2021) na controladora e R\$ 555.195 mil (R\$ 74.140 mil em 2021) no consolidado, apresentaram passivo a descoberto de R\$ 3.642.527 mil (R\$ 3.517.188 mil em 2021) na controladora e R\$ 3.562.472 mil (R\$ 3.426.233 mil em 2021) no consolidado e; capital circulante líquido negativo em montantes de R\$ 794.227 mil (R\$ 1.614.363 mil em 2021) no consolidado. Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal do negócio, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira, com foco na melhora de liquidez através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 1 de dezembro de 2022, contendo ressalva sobre o não reconhecimento da perda por *impairment* das debêntures a receber e dos investimentos na Arena Itaquera S.A. e FII Arena como resultado da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de junho de 2023.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	43.265	31.431	543.263	353.628
Fundos restritos	7			471.325	696.610
Contas a receber	8			745.527	797.927
Dividendos a receber		56	57	63	
Adiantamentos a fornecedores		21		169.700	154.875
Tributos a recuperar	9	2.594	1.986	126.635	116.146
Despesas antecipadas				7.168	15.716
Outras contas a receber	12			123.562	49.164
Outros ativos				33.210	27.671
		<u>45.936</u>	<u>33.474</u>	<u>2.220.453</u>	<u>2.211.737</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	10 (a)			1.594	1.618
Não circulante					
Debêntures a receber	11		709.322		709.322
Sociedades do Grupo Novonor	19	1.109.634	10.373	414.057	487.477
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (b)	5.594		54.292	42.412
Outras contas a receber	12	17.820	14.471	17.820	14.471
Outros ativos		1	1	32.631	46.857
		<u>1.133.049</u>	<u>734.167</u>	<u>518.800</u>	<u>1.300.539</u>
Investimentos	13	642.826	219.697	294	45.897
Imobilizado	14			96.804	91.323
Intangível	16	3.228	3.228	527.150	606.228
Direito de uso	15			4.945	1.209
		<u>1.779.103</u>	<u>957.092</u>	<u>1.147.993</u>	<u>2.045.196</u>
Total do ativo		<u>1.825.039</u>	<u>990.566</u>	<u>3.370.040</u>	<u>4.258.551</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo e passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos	17			1.418.540	1.438.707
Fornecedores		1.602	580	209.658	228.191
Adiantamentos recebidos de clientes	20			947.118	952.334
Dividendos a pagar				2.024	1.382
Debêntures	18		987.233		987.233
Impostos, taxas, salários e contribuições	25 (a)	41	487	141.642	164.645
Arrendamento mercantil				142	232
Outros passivos	21	1.987	4.688	12.231	53.376
		<u>3.630</u>	<u>992.988</u>	<u>2.731.355</u>	<u>3.826.100</u>
Passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas					
				167	92
Não circulante					
Financiamentos	17			973.909	1.133.060
Sociedades do Grupo Novonor	19	7.557	348.192	143.244	1.849.537
Adiantamento para futuro aumento capital		22.698	18.747	22.698	18.747
Impostos de renda e contribuição social diferidos	25 (b)		100.325	6.382	117.732
Debêntures	18	613.526		613.526	
Arrendamento mercantil				5.419	1.197
Provisão para garantias	22	1.204.230		1.882.688	
Provisão para contingências	29			392.617	
Provisão para perda em investimentos	13	3.581.360	3.014.459		94.056
Outros passivos	21	34.565	33.043	160.507	644.263
		<u>5.463.936</u>	<u>3.514.766</u>	<u>4.200.990</u>	<u>3.858.592</u>
Passivo a descoberto					
Capital social	23 (a)	4.150.975	4.150.975	4.150.975	4.150.975
Ajustes de avaliação patrimonial	23 (b)	984.269	549.755	984.269	549.755
Prejuízo acumulado		(8.777.771)	(8.217.918)	(8.777.771)	(8.217.918)
		<u>(3.642.527)</u>	<u>(3.517.188)</u>	<u>(3.642.527)</u>	<u>(3.517.188)</u>
Participação dos não controladores					
				80.055	90.955
		<u>(3.642.527)</u>	<u>(3.517.188)</u>	<u>(3.562.472)</u>	<u>(3.426.233)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto					
		<u>1.825.039</u>	<u>990.566</u>	<u>3.370.040</u>	<u>4.258.551</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Operações continuadas					
Receitas líquidas				1.179.858	861.134
Custos dos serviços prestados	26			(818.221)	(574.635)
Lucro bruto				361.637	286.499
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	26	1.134.107	(2.974)	(531.599)	(70.617)
Resultado de participações societárias	13	(542.264)	39.301	(38.247)	49.580
Outras receitas (despesas), líquidas	27	(13.729)	1.002	860.927	11.410
Lucro operacional		578.114	37.329	652.718	276.872
Resultado financeiro, líquido	28	(1.243.877)	(133.619)	(1.254.327)	(266.909)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(665.763)	(96.290)	(601.609)	9.963
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	25 (c)	105.910	2.035	46.404	(83.836)
Prejuízo do exercício das operações continuadas		(559.853)	(94.255)	(555.205)	(73.873)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação e operações em descontinuidade	10 (b)			10	(267)
Prejuízo do exercício		(559.853)	(94.255)	(555.195)	(74.140)
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				(559.853)	(94.255)
Participação dos acionistas não controladores				4.658	20.115
				(555.195)	(74.140)
Prejuízo básico por lote de mil ações das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	24	(86,36)	(14,54)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial
e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício		(559.853)	(94.255)	(555.195)	(74.140)
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Variação cambial de investidas no exterior	23 (b)	434.514	(179.275)	434.514	(179.275)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(125.339)</u>	<u>(273.530)</u>	<u>(120.681)</u>	<u>(253.415)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				(125.339)	(273.530)
Participação dos acionistas não controladores				4.658	20.115
				<u>(120.681)</u>	<u>(253.415)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas da Companhia			Participação dos acionistas não	Total do passivo a descoberto	
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Em 1º de janeiro de 2021		4.150.975	729.030	(8.123.661)	(3.243.656)	74.692	(3.168.964)
Resultado abrangente:							
Prejuízo do exercício - R\$ (14,54) por ação do capital social	24			(94.255)	(94.255)	20.115	(74.140)
Outros resultados abrangentes do exercício	23 (b)		(179.275)	(2)	(179.277)		(179.277)
Transações de capital com os sócios:							
Outras transações de não controladores						(3.852)	(3.852)
Em 31 de dezembro de 2021		<u>4.150.975</u>	<u>549.755</u>	<u>(8.217.918)</u>	<u>(3.517.188)</u>	<u>90.955</u>	<u>(3.426.233)</u>
Resultado abrangente:							
Prejuízo do exercício - R\$ (86,36) por ação do capital social	24			(559.853)	(559.853)	4.658	(555.195)
Outros resultados abrangentes do exercício	23 (b)		434.514		434.514		434.514
Transações de capital com os sócios:							
Outras transações de não controladores						(15.558)	(15.558)
Em 31 de dezembro de 2022		<u>4.150.975</u>	<u>984.269</u>	<u>(8.777.771)</u>	<u>(3.642.527)</u>	<u>80.055</u>	<u>(3.562.472)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas		(665.763)	(96.290)	(601.599)	9.696
Ajustes:					
Depreciação e amortização	26			47.318	48.361
Amortização de direito de uso	26			8.493	451
Resultado de participações societárias	13	542.264	(39.301)	38.247	(49.580)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		(20.549)	131.201	161.491	345.028
Ajuste a valor justo	28	(747.719)		(747.719)	
Perda com ativo permanente baixado				(7.864)	372
Perda por <i>impairment</i> no investimento e intangível	27	13.728	(1.002)	41.545	(1.002)
Perda na venda debêntures	28	786.444		786.444	
Provisão de Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	26 e 28	13.264		1.256.849	
Reversão de Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	26	(1.135.323)	1.569	(1.455.069)	(694.949)
Provisão para contingências				354.115	
Provisão para garantias	28	1.203.628		1.890.631	
Ganho na aquisição de ativo	27			(911.778)	
		<u>(10.026)</u>	<u>(3.823)</u>	<u>861.104</u>	<u>(341.623)</u>
Fundos restritos					
Contas a receber				179.766	(402.876)
Tributos a recuperar		384	(2)	(27.933)	7.780
Adiantamento a fornecedores e outros		(21)		(21.679)	(21.477)
Despesas antecipadas				7.915	(5.687)
Outros contas a receber			600	(125.032)	6.609
Operações descontinuadas				57	18
Outros ativos			428	(62.955)	104.739
Fornecedores		1.022	(15)	(61.852)	91.124
Impostos, taxas, salários e contribuições		(455)	99	(66.030)	(61.709)
Adiantamentos recebidos de clientes				37.535	293.739
Outros passivos		<u>2.185</u>	<u>871</u>	<u>(510.993)</u>	<u>695.846</u>
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) operações		(6.911)	(1.842)	199.767	334.693
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Reduções ao investimento			1.402		1.402
Adições ao imobilizado	14			(9.467)	(9.832)
Adições ao intangível	16			(8)	(120)
Partes relacionadas					
Recursos liberados		(8.413)	(5.490)	(2.950)	(7.720)
Recursos recebidos				7.998	1.070
Dividendos recebidos		<u>23.206</u>	<u>32.047</u>		
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos		14.793	27.959	(4.427)	(15.200)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividas de curto e longo prazo, líquidas					
Pagamento de principal	17			(76.436)	(96.262)
Pagamento de juros	17			(71.779)	(75.420)
Arrendamento mercantil					
Pagamento de principal				(569)	(390)
Partes relacionadas					
Recursos liberados				13.568	10.020
Recursos recebidos				(19.346)	(38.808)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		3.952	2.673	3.951	2.673
Dividendos pagos				(10.946)	(6.897)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamentos		3.952	2.673	(161.557)	(205.084)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas na consolidação				106.284	(82.461)
				49.568	
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>11.834</u>	<u>28.790</u>	<u>189.635</u>	<u>31.948</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	<u>31.431</u>	<u>2.641</u>	<u>353.628</u>	<u>321.680</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	<u>43.265</u>	<u>31.431</u>	<u>543.263</u>	<u>353.628</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial, anteriormente denominada Odebrecht Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NPI” ou “Companhia”), constituída em 28 de julho de 2005, é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), controlada diretamente pela NPI S.A. – Em Recuperação Judicial e indiretamente pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial e parte integrante do Grupo Novonor, com sede legal e administrativa na cidade de São Paulo.

Tem como objeto social: a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, arenas, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e meio ambiente; a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios mencionados anteriormente; o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; a intermediação e comercialização das propriedades de mídia desses negócios; e a participação no capital social de outras sociedades empresariais.

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades empresariais no segmento de infraestrutura, que abrangem operações no Brasil, Peru, Áustria e Luxemburgo.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de junho de 2023.

(a) Acordo Global com as autoridades

Em 1º dezembro de 2016 a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e com as autoridades dos EUA e Suíça (“Acordo Global”), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar, diretamente ou por intermédio de outras empresas de seu grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos.

Em 9 julho de 2018, a controladora Novonor celebrou o acordo de leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a Novonor e a sua controlada indireta CNO S.A. (“CNO”) e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a Novonor e a controlada indireta CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões em 23 (vinte e três) parcelas anuais, que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, as 5 (cinco) primeiras parcelas serão adimplidas com os valores já desembolsados pela Novonor no âmbito do Acordo Global.

Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a controladora Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

A Administração, neste momento, entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência e investigações em andamento não deverão afetar as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(b) Recuperação Judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com suas controladoras NPI S.A. – Em Recuperação Judicial, Novonor, ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda (“Kieppe”), bem como certas outras empresas do Grupo Novonor ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ” e “Juízo da RJ”).

A Companhia e as demais empresas em RJ continuaram mantendo suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, foi deferido o processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresentasse uma proposta de plano de recuperação.

O Juízo da RJ nomeou a Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda., para exercer a função de administrador judicial. Nos termos da Lei nº 11.101/05, cabe ao administrador judicial, dentre outras funções, fiscalizar a regularidade do processo de RJ, informar o juízo sobre a situação da empresa e o cumprimento dos prazos, assim como fornecer relatórios mensais com o acompanhamento financeiro, enquanto perdurar a RJ. As Recuperandas apresentam mensalmente ao administrador judicial, as Demonstrações Financeiras, Posição analítica do ativo imobilizado, Acompanhamento orçamentário, Fluxo de caixa, dentre outros relatórios, com a finalidade de subsidiar a elaboração de tais relatórios de acompanhamento financeiro apresentados em Juízo pelo administrador judicial.

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia em cumprimento ao prazo legal, juntamente com suas controladoras apresentaram a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.

A primeira Assembleia Geral de Credores (“AGC”) das Recuperandas foi convocada para 4 de dezembro de 2019. O quórum de instalação foi apurado de forma individual em relação a cada uma das Recuperandas, de forma que, nesta primeira convocação, não foram instaladas as AGCs de algumas Recuperandas, e as que foram acabaram por ser suspensas.

Em 10 de dezembro de 2019, houve instalação das AGCs das Recuperandas que ainda não haviam sido instaladas, e todas as AGCs foram novamente suspensas. Houve mais algumas suspensões de AGCs para continuidade das negociações em torno dos planos dos planos de recuperação judicial.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Em 22 de abril de 2020, a AGC de todas as Recuperandas foi retomada. Para a Companhia e as empresas coligadas - Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial, NP Centro Administrativo S.A. – Em Recuperação Judicial, Novonor Finance Ltd, Novonor Participações e Engenharia S.A.– Em Recuperação Judicial, Mectron Engenharia, Industria e Comércio S.A. – Em Recuperação Judicial, Novonor Energia Participações S.A. – Em Recuperação Judicial e Novonor Energia do Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial deliberou-se nova suspensão. Para as controladoras indiretas Novonor, ODBINV e Kieppe, e as coligadas EORJ, Novonor Properties e Investimentos S.A. - Em recuperação judicial e Novonor Energia e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial, deliberou-se pela consolidação substancial. Na sequência, o plano de recuperação judicial consolidado foi aprovado com quórum superior a 80% na Classe 3 e de 100% nas demais classes e os planos de recuperação individual de cada Recuperanda não consolidada e cuja AGC não foi suspensa foram aprovados por 100% dos respectivos credores presentes na AGC.

Em 27 de julho de 2020 foram homologados, pelo Juízo da RJ, os Planos de Recuperação Judicial aprovados na AGC de 22 de abril de 2020, tendo a respectiva decisão sido publicada em 3 de agosto de 2020.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia foi aprovado em 27 de julho de 2022 e homologado em 17 de agosto de 2022. Os efeitos da aprovação e homologação do PRJ não afetaram de maneira retrospectiva o balanço patrimonial e a demonstração dos resultados da Companhia nas demonstrações financeiras do exercício de 2021.

Efeitos do plano aprovado da controlada NPI

Efeitos do plano aprovado

Em cumprimento ao CPC 48 “Instrumentos Financeiros”, os passivos reestruturados no âmbito do PRJ, cuja modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, a taxa de desconto utilizada foi de 14,8% para todos os planos homologados no exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do PRJ é o evento que permite o registro dos efeitos da reestruturação dos seus passivos, portanto, todos os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados.

Os impactos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir e incluem a reestruturação das dívidas da Companhia.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Balanco patrimonial – consolidado

	<u>2022</u>		
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajustes de reestruturação da dívida (AVJ e Outros)	Saldo final
Ativo circulante e não circulante			
Debêntures a receber (i)	786.444	(786.444)	
	<u>786.444</u>	<u>(786.444)</u>	
Passivo circulante e não circulante			
Debêntures	987.233	(382.938)	604.295
Sociedades do Grupo Novonor	363.050	(361.417)	1.633
Outros passivos	3.399	(3.364)	35
	<u>1.353.682</u>	<u>(747.719)</u>	<u>605.963</u>

(i) Refere-se a venda de debêntures ativa a valor simbólico no âmbito das negociações com credores (Nota 1 (b)).

Demonstração do resultado - consolidado

	<u>2022</u>
	Ajustes de reestruturação da dívida (AVJ e Outros)
Resultado financeiro, líquido	
Perda na venda debêntures	(786.444)
Ajuste a valor justo	<u>747.719</u>
	<u>(38.725)</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Alienação da debênture ativa e das participações societárias na Arena Itaquera S.A. e FII Arena

Em 25 de julho de 2022, a Companhia juntamente com a Caixa Econômica Federal, Novonor, Arena Itaquera S.A., Jequitibá Patrimonial S.A. FII Arena e SCCP, firmaram acordo onde ficou acordado que a Companhia está foi autorizada a constituir uma “Unidade Produtiva Isolada – UPI” onde as participações societárias na Arena Itaquera, representada por 11% sobre o capital social – equivalentes R\$111,00 (cento e onze reais) e FII Arena representada por 1.000 (mil) cotas mezaninos equivalentes a R\$1,00 por cota serão aportados pelo valor de R\$0,50 (cinquenta centavos) no capital social da UPI .

No mesmo acordo do PRJ, ficou autorizado que a debênture ativa (Nota 11) será alienada diretamente para o SCCP pelo valor de R\$0,50 (cinquenta centavos).

Para que as alienações ocorram pelos valores acordados no acordo do PRJ, a Companhia reconheceu, em 31 de julho de 2022, “*impairment*” dos ativos citados no limite dos valores acordados para a alienação.

As alienações supracitadas, foram aprovadas no âmbito da aprovação e homologação do PRJ.

Debênture passiva (Nota 18)

No âmbito da homologação e aprovação do PRJ, que ocorreu em 2022, ficou acordado o reperfilamento do prazo de pagamento e índice de correção da debênture a partir da data da entrada pela Companhia em Recuperação Judicial.

Devido ao reperfilamento do prazo e nova taxa de correção, a Companhia reconheceu o ajuste ao valor justo (“AVJ”) do saldo passivo, nos prazos estipulados para o pagamento.

Os fluxos de pagamentos desse passivo, levou em consideração dividendos recebidos de OLMOS e H2OImos e êxitos em processos de arbitragens internacionais que a Companhia e suas controladas participam.

Demais Credores

Os demais credores listados no PRJ seguirão as condições pactuadas no PRJ.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(c) Principais eventos de 2022:

Liquidação Judicial da controlada Odebrecht E&P GmbH (“ODB E&P”)

Durante o exercício de 2019, as instituições financeiras Deutsche Bank Hong Kong Branch, ING Bank Branch of ING DiBa AG e ING Bank N.V. entraram com pedido de liquidação judicial junto ao Tribunal Comercial de Viena devido a inadimplência nos pagamentos em linhas de créditos com as quais a ODB E&P mantinha, com os referidos bancos, solicitando que a ODB E&P e seus diretores fossem impedidos de fazer quaisquer movimentos societários e financeiros, inclusive em suas controladas diretas Odebrecht E&P Angola (“ODBAN”), Odebrecht E&P Espanha SL (“ODB Espanha”) onde a ODB E&P detinha participação de 100% de ODBAN e ODB Espanha e 71,40% de participação na controlada Odebrecht Latinvest Peru S.A.C (“OLI Peru”).

Em 19 de dezembro de 2019, o Tribunal Comercial de Viena acatou o pedido, iniciando o processo e notificando as partes. Na audiência do dia 25 de janeiro de 2020, esse mesmo tribunal deliberou pela aprovação da liquidação judicial da ODB E&P.

A partir da decisão de aceitação pelo tribunal do primeiro pedido, a Companhia desconsolidou a ODB E&P e suas controladas nos saldos contábeis consolidados de suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, com efeito contábil no montante líquido de R\$ (1.493.414).

Face ao insucesso das diligências efetuadas pelo liquidador, para o recebimento dos ativos da ODB E&P, o Tribunal Comercial de Viena deliberou no dia 8 de abril de 2021 pela conclusão do processo de liquidação e destituição do liquidador. Como consequência da manutenção dos capitais próprios negativos na ODB E&P, caso essa situação não seja revertida, a diretoria da empresa teria até 120 dias, a partir da decisão do tribunal, para solicitar um novo processo de insolvência e liquidação com a nomeação de um novo liquidador. Assim em 14 de julho de 2021 foi solicitado aos tribunais de Viena a abertura de um novo processo de liquidação, sendo aceito.

Em 29 de outubro de 2021, as controladas ODBAN e Odebrecht Oil and Gás Angola (“OOGA”) tiveram seus registros cancelados pelas autoridades governamentais das Ilhas Cayman, com encerramento de suas atividades.

No âmbito do segundo pedido de insolvência em novembro 2022 a Companhia, através da sua subsidiária Odebrecht Latinvest S.à r.l., assinou com o liquidador judicial ODB E&P um acordo de compra dos ativos da ODB E&P, entre os quais incluíam a participação acionária da empresa OLI Peru no percentual de 71,40%, participações nas ODB Espanha e OLI Peru. No mesmo período a controlada indireta OLI Lux também adquiriu por U\$ 1,00 (um dólar) instrumentos financeiros na modalidade de Mútuo. A Companhia voltou a incluir nos saldos contábeis consolidados de suas demonstrações financeiras, as participações nas ODB Espanha e OLI Peru.

A aquisição da participação societária da empresa OLI Peru gerou um ganho no montante de R\$ 911.778 (Nota 27), a aquisição dos instrumentos financeiros (Mútuos) gerou um ganho no montante integral dos instrumentos adquiridos no montante de R\$ 724.985 (Nota 28). Em 2019 a NPI reconheceu perdas no montante de R\$ (1.493.414) devido da perda de controle na ODB E&P.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(d) Principais operações da Companhia

Concessão de rodovias

Concessionária Interoceânica Sur-tramo 2 S.A. ("IIRSA 2") e Concessionária Interoceânica Sur-tramo 3 S.A. ("IIRSA 3"), atuam na exploração da concessão para construção, conservação, operação e manutenção de 656 km de estradas que conectam a serra de Cusco no Peru à fronteira do Brasil no Estado do Acre.

Concessionária Interoceânica Norte S.A. ("IIRSA Norte") atua na exploração para a construção, conservação, operação e manutenção de 955 km de estradas que cruzam o norte peruano de oeste para leste, ligando o porto marítimo de Paita à Cidade de Yurimaguas.

Irrigação

Concessionária Trasvase Olmos S.A. ("OLMOS") atua na exploração da concessão para construção, operação e manutenção das obras relacionadas à transposição de águas do projeto OLMOS no Peru.

H2Olmos S.A. ("H2Olmos") atua na construção, operação e manutenção das obras do Projeto de Irrigação OLMOS.

Energia

Odebrecht Latin Finance S.à r.l. ("OLF") tem como objetivo social participar em outras sociedades ou companhias em Luxemburgo ou demais países que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica. Através da OLF, a Companhia investe nas seguintes empresas:

- Odebrecht Energía del Perú S.A. ("OEP")
- AC Energía S.A. ("AC Energía")
- Marañon Energía S.A. ("Marañon")

Empreendimentos imobiliários

A Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Bairro Novo") tem como foco principal o segmento popular no setor imobiliário. Seu objeto social compreende principalmente a construção de moradias populares no Brasil.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(e) Performance Operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentam excessos de ativos circulantes sobre passivos circulantes no montante de R\$ 42.306 devido a reclassificação das debêntures passivas para o passivo não circulante em virtude da homologação do PRJ (2021 – R\$ (959.514)) na controladora, e apresenta excessos de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 794.227 (2021 – R\$ 1.614.363) no consolidado, decorrente principalmente de: (i) financiamento da controlada indireta Inversiones en Infraestructura em Transport Por Ductos S.A. (“IITD”), captado para investimento no Gasoducto Sur Peruano S.A. (“GSP”), que encontra-se em processo de liquidação, onde a Odebrecht Latinvest S.à.r.l (“OLI Lux”) procura em processo de arbitragem internacional o ressarcimento pelos danos decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP (Nota 10 (i)).

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo a descoberto é de R\$ 3.642.527 (2021 – R\$ 3.517.188) na controladora e R\$ 3.562.472 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.426.233) no consolidado e prejuízo do exercício de R\$ 559.853 (2021 – R\$ 94.255) na controladora e R\$555.195 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 74.140) no consolidado, representado, principalmente, pelos resultados de participações societárias (Nota 13) e resultado financeiro (Nota 28) decorrente da homologação do PRJ.

A Administração da Companhia vem implementando uma estratégia com foco na liquidez da Companhia, através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Companhias Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	Participação no capital social (%)		
	País	2022	2021
Controladas diretas			
Bairro Novo	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Africa Cine Services, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
Odebrecht Africa Shopping Services, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
Odebrecht Africa Retail Services, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
Odebrecht Africa Poultry Services, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
Odebrecht Africa Sugar and Ethanol, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
Odebrecht Africa Energy Solutions, Ltd	Africa do Sul	100,00	100,00
OLMOS	Peru	63,68	63,68
H2olmos	Peru	99,999	99,999
OLF	Luxemburgo	100,00	100,00
Sociedad de Propositos Multiples Xalapa ("Xalapa")	México	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest S.à.r.l. ("OLI Lux")	Luxemburgo	100,00	100,00
Controladas indiretas			
Vorge Holding Drei GmbH ("Vorge")	Áustria	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest Peru S.A.C. ("OLI Peru") (i)	Peru	99,99	28,59
Odebrecht Latinvest Peru Ductos S.A. ("OLPD") (ii)	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Inversiones Inmobiliarias S.A.C. ("OIIM")	Peru	100,00	100,00
OEP	Peru	100,00	100,00
AC Energia	Peru	100,00	100,00
Marañon Energia	Peru	100,00	100,00
Compañia Energética Del Centro S.A.C ("CEC")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest Austria ("OLI AUSTRIA")	Áustria	100,00	100,00
Inversiones em Infraestruc. Transp. por Ductos S.A.C ("IITD")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Proyectos Hidrocarburos Del Sur S.A.C. ("KPH")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Transportadora de Gas S.A. ("KTG")	Peru	100,00	100,00
Ruta Del Sol S.A.S. ("Ruta del Sol")	Colômbia	37,00	37,00
Aqueduct Trading Service CO. INC. ("Aqueduct")	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Novonor Latinvest España SLU. ("OLI Espanha")	Espanha	100,00	100,00
Technik Latin Invest SAC ("Technik")	Peru	100,00	100,00
OPOS	Peru	99,00	99,00
IIRSA 2	Peru	89,00	89,00
IIRSA 3	Peru	89,00	89,00
IIRSA Norte	Peru	99,00	99,00
Odebrecht Peru Peajes S.A.C.	Peru	100,00	100,00
Controle compartilhado			
Concesionaria Chavimochic S.A.C (Chavimochic) (iii)	Peru	53,50	53,50

- (i) Em dezembro de 2022, OLI Lux adquiriu os ativos das investidas de ODB E&P (OLI Peru e E&P Espanha). OLI Peru volta a ser consolidada na NPI (Nota 1 (c)).
- (ii) Em dezembro de 2022, Vorge transferiu o investimento que tinha em OLPD para OLI Lux.
- (iii) Em dezembro de 2022, foi registrado *impairment* sobre o investimento em Chavimochic.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas na consolidação são preparadas em reais (R\$), sendo mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Receitas (despesas) financeiras".

As taxas de câmbio utilizadas para conversões das transações e saldos em outras moedas, as principais Companhias, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

País	Moeda	2022	2021
Austria (i)	Euro	5,5694	6,3210
Peru (i)	Novo Sol	1,3783	1,4013
Luxemburgo	Dólar Norte Americano	5,2177	5,5805

(i) Na consolidação a moeda funcional representativa dos respectivos países é o Dólar Norte Americano.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências.
- (iii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos referidos exercícios.
- (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" (Nota 23(b)).

Quando uma operação no exterior é parcial ou integralmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado, como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

(i) Ativos financeiros

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. São representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Custo amortizado: são representados principalmente por ativos financeiros a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo que são classificados como “Custo amortizado”. O custo amortizado é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(iv) Passivos financeiros

Para fins de mensuração os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

(v) Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(vi) Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países, em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, usando as alíquotas dos tributos vigentes na data de publicação do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado e não pelo líquido.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 14.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão – obras em andamento e infraestrutura

As controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de construção, administração, operação e manutenção presentes em contratos de concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo custo amortizado, determinado custo incorrido com a formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública, considerando os investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e até este momento, os investimentos realizados são avaliados a custo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágio sobre investimentos

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

2.8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

As controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(a) Prestação de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida em que o serviço é prestado e medido.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

2.10 Subvenções outorgadas pelo governo Peruano (co-financiamento)

De acordo com o contrato firmado com o Governo Peruano para concessão da construção, operação e manutenção das obras relacionadas a OLMOS, o governo Peruano se comprometeu a efetuar aportes financeiros (não recuperável), a partir da data de entrega do controle do projeto (22 de março de 2006). Neste sentido, as subvenções outorgadas pelo Governo Peruano serão reconhecidas como ingressos ao ativo financeiro (contas a receber) no período em que a concessionária tenha direito a receber o benefício.

Para fins de apresentação, as subvenções em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 250.182 (2021 – R\$ 352.342), estão apresentadas no “Contas a Receber” (Nota 8).

2.11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda; e (ii) quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Esses ativos são apresentados em linha específica do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Quando se tratar de investimento em sociedade controlada, seus ativos e passivos, após a eliminação dos saldos mantidos entre as empresas, também são apresentados nessa mesma rubrica específica do balanço patrimonial consolidado.

2.12 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

(i) Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 16 (CPC 27), Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(ii) Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("*single transaction*") – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

(i) Tributos correntes

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda em praticamente todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta.

A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(ii) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam julgamento para escolher dentre os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Perda estimada de ativos

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

4 Ativos financeiros

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, debêntures a receber, saldos com sociedades do grupo, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e debêntures, além de instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger os fluxos de caixa contra os efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição consolidada a moedas e das flutuações das taxas de juros.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia e suas controladas.

(a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

Para mitigar os riscos de exposição, a Companhia e suas controladas analisam suas exposições às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, renovação de posições existentes, financiamentos e *hedges* alternativos. Com base nestes cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança relevante nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições de juros.

(b) Risco com taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de exposições de algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia e suas controladas diretas e coligadas, atuam, principalmente, no Peru Luxemburgo e Colômbia e possuem volumes significativos de operações em dólares americanos, com pouca exposição às moedas locais. Adicionalmente, certos financiamentos da Companhia, suas controladas diretas e indiretas captados no exterior são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívidas em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, que são monitorados continuamente pela administração.

(c) Exposição a riscos de crédito

Para mitigar o risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação de serviços mediante pagamentos periódicos antecipados pelos clientes, além da análise rigorosa para a concessão de crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(d) Risco do fluxo de caixa associada com taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de empréstimos a longo prazo. A Companhia e suas controladas analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

4.2 Gestão de capital

A Companhia demonstra a seguir o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Total dos financiamentos e debêntures	17 e 18		987.233	2.392.449	3.559.000
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(43.265)	(31.431)	(543.263)	(353.628)
(-) Fundos restritos e debêntures	7 e 11		(709.322)	(471.325)	(1.405.932)
Dívida líquida		(43.265)	246.480	1.377.861	1.799.440
Total do patrimônio líquido		(3.642.527)	(3.517.188)	(3.562.472)	(3.426.233)
Total do capital		(3.685.792)	(3.270.708)	(2.184.611)	(1.626.793)
Índice de alavancagem financeira		N/A	N/A	N/A	N/A

N/A – Não aplicável

5 Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

	Nota	Custo amortizado	
		2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	543.263	353.628
Fundos restritos	7	471.325	696.610
Contas a receber	8	745.527	797.927
Outros contas a receber	12	141.382	63.635
Outros ativos		65.904	74.528
Debêntures	11		709.322
Sociedades do Grupo Novonor	19	414.057	487.477
		<u>2.381.458</u>	<u>3.183.127</u>
Custo amortizado			
		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos e debêntures	17 e 18	3.005.975	3.559.000
Sociedades do Grupo Novonor	19	143.244	1.849.537
Fornecedores		473.152	228.191
Outros passivos		194.593	699.021
		<u>3.816.964</u>	<u>6.335.749</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	5.834	3.234	301.861	234.662
Aplicações financeiras	37.431	28.197	241.402	118.966
	43.265	31.431	543.263	353.628

7 Fundos restritos - Consolidado

Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, por taxas usualmente praticadas nos países de origem.

O saldo está representado pelas seguintes controladas da Companhia:

Empresa	País	2022	2021
OEP	Peru	7.362	22.493
IIRSA Norte	Peru	297.419	288.940
IIRSA 2	Peru	4.413	38.466
IIRSA 3	Peru	74.030	117.631
OLI Peru	Peru	499	
OLMOS	Peru	27.678	74.110
H2OLMOS	Peru	56.554	151.925
Outros		3.370	3.045
		471.325	696.610

8 Contas a receber – Consolidado

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido da provisão para crédito de realização duvidosa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

Empresa	2022	2021
IIRSA 2 (i)	194.563	166.500
IIRSA 3 (i)	95.667	99.208
IIRSA Norte (i)	158.416	127.485
OLI Peru	1.102	
OLPD	249	709
Technik	34.794	37.511
OLMOS (ii)	250.182	352.342
H2OLMOS	10.086	9.780
Demais empresas	468	4.392
	745.527	797.927

- (i) Contempla contas a receber referente ao fluxo trimestral de pagamentos do Governo Peruano às concessionárias IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA Norte pela operação e manutenção das despesas relacionadas ao contrato de concessão;

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

(ii) Estimativa do faturamento correspondente ao serviço de captação de água de cada ano;

9 Tributos a recuperar – Consolidado

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social	87.852	100.358
Imposto sobre valor agregado de controladas no exterior	34.969	12.612
Outros	3.814	3.176
	<u>126.635</u>	<u>116.146</u>

10 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

(i) Gasoducto Sur Peruano – (“GSP”)

A Companhia detém, de forma indireta, 51,64% na coligada GSP via participações em OLI Lux, OLI ÁUSTRIA e IITD, respectivamente.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra o Estado Peruano perante o International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado Bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos existente entre a União Econômica Belga-Luxemburgo-Peru sobre. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar investimento realizado no Projeto GSP no valor estimado de US \$ 1,2 bilhão. Estima-se que a decisão pelo tribunal seja tomada até ao final do ano de 2024.

Em agosto de 2020, a administração da IITD, levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem, optou conservadoramente pela provisão de “*impairment*” no investimento GSP no valor US\$ 283 milhões, equivalentes naquela data a de R\$ 1.547.756, registrada como perda no resultado do mês.

(ii) OLI Colômbia

Em 4 de agosto de 2021, como consequência dos capitais próprios negativos, a OLI Colômbia foi notificada pela Superintendência das Sociedades (“SS”) colombianas da abertura do procedimento de Liquidação Judicial Simplificado. Como consequência a OLI Colômbia entrou em estado de liquidação, que implicou, entre outros, a limitação de realizar atos fora do âmbito estritamente necessário para a manutenção da companhia, a destituição dos diretores e a nomeação pela SS de um liquidador.

(iii) Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”)

A Companhia detinha participação de 37,51% na coligada Linha 6 – Fundo de Investimento Multiestratégia (“FIP”), representado por investimento no valor de R\$ 21.773.

Em junho de 2013, a Move SP e o Governo do Estado de São Paulo (“Poder concedente”) firmaram contrato de concessão patrocinada de prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo (“Linha 6”). As obras foram paralisadas em setembro de 2016 pelo Poder Concedente.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Em março de 2018, a administradora e gestora do FIP renunciou aos seus serviços, o que levou os Cotistas a decidirem pela sua liquidação, tornando-os acionistas diretos na Move SP. Com isso, a Companhia registrou perda por não recuperabilidade no investimento no valor de R\$ 21.773.

Em dezembro de 2018, o Poder Concedente decretou a caducidade do Contrato de Concessão com eficácia até 19 de agosto de 2019, sob a alegação de que a Move SP havia descumprido diversas obrigações, dentre elas, a paralisação das obras.

Ainda em 2018, a Move SP iniciou os procedimentos para rescisão do Contrato de Concessão e, em seguida, o Governo de SP instaurou um processo administrativo para apuração e decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que culminou na decretação da caducidade, cujos efeitos seriam produzidos a partir de 13 de agosto de 2019, prazo este que foi prorrogado sucessivas vezes através de Decretos Estaduais publicados pelo Governo de SP.

Por outro lado, a Move SP deu início às negociações para a cessão do Contrato de Concessão, tendo celebrado, no dia 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, um contrato com a Acciona Construcción, S.A. ("Acciona"), prevendo a cessão definitiva do contrato de concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes.

A Companhia manteve a provisão por não recuperabilidade na Move SP, após a celebração da cessão do contrato de concessão.

(iv) Chavimochic

Em 31 de dezembro de 2021, a participação na coligada Chavimochic é de 53,50% e está representado por investimento no valor de R\$ 54.231 registrado na controladora e no consolidado na rubrica "Ativos não circulantes mantidos para venda e em descontinuidade".

Em 2017, a Chavimochic apresentou pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao poder concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, iniciando-se um procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do poder concedente.

Durante o ano de 2018, instaurou-se o Tribunal Arbitral que correrá conforme o calendário processual.

Em novembro de 2021, a Administração da Chavimochic tinha interesse na venda do ativo. Porém diante das incertezas políticas que o Peru atravessa, que acarreta instabilidade econômica e financeira do país, afastando o interesse de investidores, principalmente estrangeiros, em adquirir a participação na concessionária e a falta de prognóstico sobre o desfecho do processo de arbitragem, a Companhia reclassificou contabilmente sua participação na Chavimochic para a rubrica de "Investimentos", calculando os efeitos de equivalência patrimonial desde o momento em que o ativo havia sido classificado como "Mantido para Venda".

O Laudo Arbitral foi notificado no dia 04 de outubro de 2022 as Partes declarando a caducidade antecipada do Contrato de Concessão por descumprimentos de ambas as Partes. A Concessionária apresentou recursos de integração e exclusão perante o Tribunal Arbitral em 23 de janeiro de 2023. Em 17 de fevereiro a Concessionária apresentou um Recurso Anulatório parcial do Laudo Arbitral no Poder Judiciário, porém a caducidade antecipada não foi discutida.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

A Concessionaria é uma sociedade de propósito exclusivo e tem como objeto social unicamente o referido ao Contrato de Concessão. Nesse sentido, sendo que foi declarada a caducidade antecipada da Concessão, a duração da sociedade deverá ser limitada as ações tendentes a liquidação do contrato de Concessão e da Sociedade (aproximadamente 2 anos).

Em 10 de maio de 2023, foi celebrada a Junta Universal dos acionistas, e foram devidamente informados sobre os impactos econômicos e societários do Laudo Arbitral e a situação patrimonial de Chavimochic. Neste sentido, os acionistas poderão optar por alguma das seguintes alternativas: i) concordar com a dissolução e liquidação societária, ou; ii) iniciar um processo concursal sob o marco da Ley General Concursal peruana;

Diante do exposto acima, a administração da Companhia reconheceu *impairment* sobre o mútuo no montante de R\$ 13.264 (Nota 28) e investimento no montante de R\$ 13.728 (Nota 27).

(v) CEC

A Companhia detém de forma indireta 100% de participação na controlada indireta CEC via participações em OLF e OEP, respectivamente.

Em 2018, a controlada indireta OEP registrou provisão para perda no investimento CEC no valor de R\$ 22.787, de modo a ajustar ao valor recuperável do ativo.

Em dezembro de 2020, a OEP avaliou a baixa possibilidade de recuperação no investimento CEC e efetuou provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 135.310 – US\$ 26 milhões.

a) Demonstrações dos resultados

Durante os anos de 2022 e 2021, foram registrados os seguintes saldos com operações descontinuadas:

2022 – Resultado positivo refere-se ao resultado da CEC no montante de R\$ 10.

2021 – Resultado negativo de equivalência patrimonial referente reclassificação de Chavimochic para a rubrica de “Investimentos” no montante de R\$ 18.067.

11 Debêntures a receber

Em 28 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures no âmbito do “Instrumento Particular da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, emitidas pela Arena Itaquera S.A.”, no valor de R\$ 350.000, com o início do pagamento em 2019 e vencimento em dezembro de 2021.

Em 25 de julho de 2022, a Companhia juntamente com a Caixa Econômica Federal, Novonor, Arena Itaquera S.A., Jequitibá Patrimonial S.A. FII Arena e SCCP, firmaram acordo do PRJ onde ficou acordado que a Companhia estava foi autorizada a constituir uma “Unidade Produtiva Isolada – UPI” onde as participações societárias na Arena Itaquera, representada por 11% sobre o capital social – equivalentes R\$111,00 (cento e onze reais) e FII Arena representada por 1.000 (mil) cotas mezaninos equivalentes a R\$1,00 por cota serão aportados pelo valor de R\$0,50 (cinquenta centavos) no capital social da UPI .

No mesmo acordo da PRJ, ficou autorizado que a debênture ativa seria alienada diretamente para o SCCP pelo valor de R\$0,50 (cinquenta centavos).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Para que as alienações ocorressem pelos valores acordados no PRJ, a Companhia reconheceu, em 31 de julho de 2022, "impairment" e alienou as debêntures que gerou uma perda na venda no montante de R\$ 786.444, registrado no resultado financeiro (Nota 28).

As alienações supracitadas, foram aprovadas no âmbito da aprovação e homologação do PRJ.

A Companhia atualizou monetariamente o saldo credor até a data da alienação da debênture.

Emissão	Quantidade	Valor unitário	Remuneração	Principal atualizado	Alienação	2022	2021
2ª	350.000	1	117% das taxas médias diárias do DI	786.444	(786.444)		709.322

Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	709.322	674.509
Juros	77.122	34.813
Alienação	(786.444)	
Saldo no final do exercício	<u>709.322</u>	<u>709.322</u>

12 Outras contas a receber

Empresa	2022	2021
IIRSA 2	5.917	6.237
IIRSA 3	61	43
IIRSA Norte (i)	31.648	32.194
OEP	53	54
OLF	1.012	1.082
OLPD (ii)	186	199
OPI (iii)	15.971	12.494
OPOS	4.771	8.026
OLI Peru	74.821	
H2olmos	5.877	3.314
Demais empresas	1.065	(8)
	<u>141.382</u>	<u>63.635</u>
Ativo circulante	<u>123.562</u>	<u>49.164</u>
Ativo não circulante	<u>17.820</u>	<u>14.471</u>

(i) Refere-se, principalmente, por retenções junto a SUNAT e contas a receber do Fideicomiso de Retención y Reparación – FIRR.

(ii) Refere-se ao recebível decorrente da alienação do investimento Rutas de Lima S.A.C.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos (Provisão para perdas em investimentos)

(a) Informações sobre os principais investimentos

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		Participação (%) direta		Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		Lucro (Prejuízo) ajustado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas								
OLI Lux	35.460.000	35.460.000	100,00	100,00	(3.465.384)	(2.805.605)	(977.654)	20.373
Xalapa	35.000	35.000	100,00	100,00	331	339		120
OLF	236.070.000	236.070.000	100,00	100,00	297.362	(99.498)	292.077	(2.079)
OLMOS	40.420.644	40.420.644	63,68	63,68	116.270	149.488	4.993	33.485
H2olmos	3.592.289.832	3.592.289.832	100,00	100,00	58.652	59.174	5.545	6.342
Bairro Novo	147.466.158	147.466.158	100,00	100,00	17.905	19.091	(1.186)	(2.876)
Controladas indireta								
OLPD	15.623.755	15.623.755	11,81	11,81	(293.964)	(129.590)	(174.231)	(20.965)
OLI Peu (i)	85.391.464	85.391.464	28,59	28,59	686.871	(328.983)	946.875	16.724
Coligadas								
Chavimochic	107.441.899	107.441.899	53,5	53,50	25.659	85.790	(58.449)	(5.221)

(i) Em dezembro de 2022, a OLI Lux adquiriu 71,40% da OLI Peru (Nota 1(c)).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial
e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e (provisão para perda em investimentos) – Controladora

Investimentos em controlada direta e indireta

	% de participação	País	2021	Dividendos	Transferência	Impairment	Equivalência patrimonial	Outras equivalências (i)	Ajustes de conversão	2022
Xalapa	100,00	México	339						(8)	331
OLF	100,00	Luxemburgo			(99.499)		292.077		104.783	297.361
OLMOS	63,68	Peru	95.194	(17.392)			3.179	(882)	(6.940)	73.159
H2oImos	100,00	Peru	59.174	(4.900)			5.545	(934)	(1.192)	57.693
Chavimochic	53,50	Peru	45.898			(13.728)	(31.270)		(900)	
Bairro Novo	100,00	Brasil	19.091				(1.186)			17.905
OLI Peru	28,59	Peru			(94.056)		270.712		19.721	196.377
			<u>219.696</u>	<u>(22.292)</u>	<u>(193.555)</u>	<u>(13.728)</u>	<u>539.057</u>	<u>(1.816)</u>	<u>115.464</u>	<u>642.826</u>

Provisão para perda em investimentos

	% de participação	País	2021	Transferência	Equivalência patrimonial	Outras equivalências (i)	Ajustes de conversão	2022
OLI Lux	100	Luxemburgo	(2.805.605)		(977.654)	(11)	317.886	(3.465.384)
OLPD	11,81	Peru	(15.300)		(20.570)	(81.270)	1.164	(115.976)
OLF	100	Luxemburgo	(99.499)	99.499				
OLI Peru	28,59	Peru	(94.056)	94.056				
			<u>(3.014.460)</u>	<u>193.555</u>	<u>(998.224)</u>	<u>(81.281)</u>	<u>319.050</u>	<u>(3.581.360)</u>

(i) Inclui os efeitos do resultado não realizados das investidas.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Consolidado

	Investimento		Passivo Descoberto	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	45.897	25	(94.056)	(101.392)
Movimentação societária (i)	312	64.167	99.637	
Resultado de participações societárias	(31.270)	(2.793)	(6.952)	64.093
Outras equivalências		(11.720)		(59.312)
Ajuste de avaliação patrimonial	(917)	(3.756)	1.371	2.555
<i>Impairment</i> (ii)	(13.728)			
Outros ajustes de investidas		(26)		
Saldo final do exercício	294	45.897		(94.056)

(i) Refere-se substancialmente a aquisição da participação da OLI Peru (Nota 1 (c)).

(ii) Refere-se a *impairment* sobre Chavimochic.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo		77.525	16.276	20.082	1.302	15.781	130.966
Depreciação/exaustão acumulada		(8.608)	(9.335)	(11.245)	(781)	(9.674)	(39.643)
Saldo em 1º de janeiro de 2022		68.917	6.941	8.837	521	6.107	91.323
Aquisições		501	2.126	949	197	5.694	9.467
Movimentação societária (i)	2.977	414	1.237	537	1		5.166
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão			(55)	(24)		(123)	(202)
Depreciação/exaustão		(1.143)	(1.137)	(2.896)	(108)	(1.891)	(7.175)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(17)	(1.464)	(121)	(236)	(8)	71	(1.775)
Saldo contábil	2.960	67.225	8.991	7.167	603	9.858	96.804
Custo	2.960	76.992	19.809	21.863	1.443	20.624	143.691
Depreciação/exaustão acumulada		(9.767)	(10.818)	(14.696)	(840)	(10.766)	(46.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.960	67.225	8.991	7.167	603	9.858	96.804
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	até 10	

(i) Refere-se a aquisição da OLI Peru (Nota 1 (c)).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Direito de uso

(a) Informações sobre o direito de uso

A Companhia tem como principais transações, na condição de arrendatária, escritórios e equipamentos. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém diversos termos e condições.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Companhia, equivalente à taxa que a Companhia pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, equivalente a taxa de mercado.

O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

(b) Movimentação de direito de uso

	Arrendamento de edifícios
Custo	2.260
Amortização acumulada	(1.051)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.209
Adições	
Baixa	8.066
Transferências	4.199
Amortizações	(8.493)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(36)
Saldo contábil	4.945
Custo	28.180
Depreciação/exaustão acumulada	(23.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.945
Taxas anuais de depreciação (%)	4

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível – Consolidado

(a) Composição

	2022	2021
Obras em andamento	523.545	567.691
Ágio sobre investimentos	3.448	38.404
Software adquiridos de terceiros	157	133
	<u>527.150</u>	<u>606.228</u>

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	606.228	664.698
Adições	8	120
Movimentação societária (i)	27	
Amortização	(40.144)	(41.581)
Variação cambial	(11.152)	(17.009)
<i>Impairment</i> (ii)	(27.817)	
Saldo no final do exercício	<u>527.150</u>	<u>606.228</u>

(i) Referente a aquisição da OLI Peru (Nota 1 (c)).

(ii) A Companhia detém de forma indireta 100% de participação na controlada indireta AC Energía via participações em OLF e OEP, respectivamente. Em 2022, a AC Energía reconheceu *impairment* no montante de R\$ 27.817 decorrente do processo de caducidade da concessão da Central Hidrelétrica Chadín 2 (Nota 27).

17 Financiamentos e empréstimos - Consolidado

Modalidade e encargos financeiros	Moeda	Encargos financeiros anuais	2022	2021
Créditos sindicalizados no mercado peruano	US\$	Libor 3M + 4% (taxa base) + 2% (juros de inadimplência)	1.226.775	1.312.075
Créditos imobiliários	Soles	Juros 6,80%	57.263	58.518
Linha de crédito de longo prazo	US\$	Taxa Efetiva Anual 6,5% (5 aNos)	28.496	43.930
Linha de crédito de longo prazo	US\$	Juros 2%	430.440	451.690
Linha de crédito de longo prazo	Soles	Taxa Trimestral 1,06250% + VAC	398.567	393.549
Linha de crédito de longo prazo	Soles	Taxa Trimestral 6,625% + VAC	250.908	312.005
			<u>2.392.449</u>	<u>2.571.767</u>
Passivo circulante			<u>1.418.540</u>	<u>1.438.707</u>
Passivo não circulante			<u>973.909</u>	<u>1.133.060</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Movimentação:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	2.571.767	2.550.104
(+) Adição de juros	101.195	87.132
(-) Amortização de principal	(76.436)	(96.262)
(-) Amortização de juros	(71.779)	(75.420)
(+) Variação cambial	<u>(132.298)</u>	<u>106.213</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.392.449</u>	<u>2.571.767</u>

(b) Prazo de vencimento

Os valores com vencimento a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2022</u>
2024	194.849
2025	102.079
2026	469.555
2027 em diante	<u>207.426</u>
	<u>973.909</u>

18 Debêntures - Passiva

As debêntures foram emitidas em 15 de dezembro de 2014 e não são conversíveis em ações. O pagamento ocorreria trimestralmente para o principal e mensalmente para os juros e teriam vencimento a partir de novembro de 2018 com término em dezembro de 2021.

Devido ao processo de recuperação judicial, a Companhia foi obrigada a suspender todos os pagamentos até a aprovação do plano de recuperação judicial.

No âmbito da homologação e aprovação do PRJ, que ocorreu em 2022, ficou acordado o reperfilamento do prazo de pagamento e índice de correção da debênture a partir da data da entrada pela Companhia em Recuperação Judicial.

Devido ao reperfilamento do prazo e nova taxa de correção, a Companhia reconheceu o ajuste valor justo do saldo passivo, no montante de R\$382.938, nos prazos estipulados para o pagamento.

Os fluxos de pagamentos desse passivo, levou em consideração dividendos recebidos de OLMOS e H2OImos e êxitos em processos de arbitragens internacionais que a Companhia e suas controladas participam.

Emissão	Quantidade	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Principal atualizado	Ajuste a valor justo	2022	2021
1ª	375	1.000	31/12/2035	IPCA	996.464	(382.938)	613.526	987.233

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	987.233	830.270
Juros	9.231	156.963
Ajuste a valor justo	<u>(382.938)</u>	
Saldo no final do exercício	<u>613.526</u>	<u>987.233</u>
Passivo circulante		<u>987.233</u>
Passivo não circulante	<u>613.526</u>	

19 Sociedades do Grupo Novonor – Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Efeitos de resultado</u>
Contratos de mútuos:			
NVN International Corporation ("NVNIC")		27.531	(797)
Odebrecht Overseas LTD ("OOL")		19.436	(2.884)
Novonor		42.994	(1.252)
Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC ("OPIC")	111.701	823	3.214
Novonor Finance LTD ("NFL")		16.509	(503)
OLI Concessionarias S/A			1.524
OEC Peru Infraestructura S.A.C ("OEC Peru")	4.638	16.310	(369)
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Peru	252.732	2.608	(18.599)
OLI Peru			(115.734)
Outros	1.804	16.972	(252)
Outros recursos:			
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos") (i)		1	
CNO S.A. ("CNO")	18.182		
OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. ("OR") (i)	25.000	30	
Ocyan Participações S.A. ("OCYAN") (i)		30	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>414.057</u>	<u>143.244</u>	<u>(135.652)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>487.477</u>	<u>1.849.537</u>	<u>(135.652)</u>

(i) A Companhia reconheceu valor justo dos passivos com partes relacionadas após a homologação do PRJ (Nota 1 (b)).

20 Adiantamentos recebidos de clientes - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no valor de R\$ 947.118 (2021– R\$ 952.334) corresponde, substancialmente, a adiantamentos efetuados pelo Estado peruano em decorrência de: i) atividades de construção e manutenção de rodovias para as investidas indiretas IIRSA 2 – R\$ 57.288 (2021 – R\$ 49.513), IIRSA 3 – R\$ 142.907 (2021 - R\$ 135.266), IIRSA Norte – R\$ 463.663 (2021 - R\$ 330.354) e OPOS – (2021 - R\$ 126.604); e ii) serviços de irrigação efetuados por H2OImos – R\$ 283.259 (2021 – R\$ 310.595).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outros passivos - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 192.570 (2021 – R\$ 697.639) é representado principalmente por (i) contrato de mútuo no valor de R\$ 1.282 (2021 - R\$ 584.915) entre a controlada indireta OLI Áustria detém com a ODB E&P, empresa que deixou de ser consolidada em 31 de dezembro de 2019 devido ao processo de liquidação judicial; (ii) Em dezembro de 2022 o montante de R\$192.570 é representando substancialmente por contratos de mútuo que a OLI Lux adquiriu da ODB E&P (Nota 1 (c)).

22 Provisão para garantias

A Companhia presta ESAs (Equity support agreement), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação pelos órgãos de Governança da empresa. Dentre os principais critérios para outorga dessas garantias pela Companhia está a definição de prazo e valores limitados e regras claras para sua liberação tão logo se comprove a auto sustentabilidade econômico-financeira do Negócio ou Projeto.

O Plano de recuperação judicial ("PRJ") da Companhia engloba determinadas ESAs, avais e fianças emitidas pela Companhia, na modalidade "Credores Quirografários". Em 31 de dezembro de 2022 para fazer frente aos compromissos de garantias contemplado no PRJ, a Companhia registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 1.067.043 na controladora e R\$ 1.745.501 no consolidado, conforme demonstrado a seguir:

			<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
			<u>2022</u>	
	<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>Valor da garantia</u>	<u>Garantia ajustada a valor presente</u>	
Coligada e controladas em conjunto				
Chavimochic (i)	Aval/Fiança	137.187	137.187	137.187
GSP (ii)	Aval/Fiança	2.212.685	1.034.271	1.712.729
Outros				
Novonor Participações e Engenharia S.A. ("NPE") (ii)	Aval/Fiança	44.075	32.772	32.772
		<u>2.393.947</u>	<u>1.204.230</u>	<u>1.882.688</u>

O montante de R\$ 1.204.230 na controladora e R\$ 1.882.688 foram constituídos em contrapartida ao resultado do exercício" e faz parte da rubrica "Resultado financeiro, líquido".

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu provisão para garantia da coligada Chavimochic no montante de R\$ 137.187 - US\$ 26.293, a garantia mencionada é extraconcursal, ou seja, não está sujeita ao PRJ e está sendo negociada com o credor.
- (ii) Refere-se à constituição de garantias decorrente da homologação do PRJ.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 4.150.975, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 6.482.613.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se aos valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização.

A variação no exercício findo em 31 de dezembro está composta por:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	549.755	729.030
Variação cambial de investidas no exterior	434.514	(179.275)
Saldo no final do exercício	<u>984.269</u>	<u>549.755</u>

24 Resultado por ação

O prejuízo líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações continuadas		
Prejuízo atribuível a detentores de ações ordinárias	(559.853)	(94.255)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em lote de mil	6.482.613	6.482.613
Prejuízo por lote de mil ações (em R\$)	<u>(86,36)</u>	<u>(14,54)</u>

25 Tributos – Consolidado

(a) Impostos, taxas e contribuições

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda e contribuição social	70.452	89.272
PIS e COFINS e outros tributos	20	325
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	55.155	55.569
Parcelamentos	28	178
Encargos com pessoal	15.984	19.301
Outros	3	
	<u>141.642</u>	<u>164.645</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativo não circulante		
Adições temporárias (controladas do exterior)	54.292	42.412
	<u>54.292</u>	<u>42.412</u>
Passivo não circulante		
Exclusões temporárias (controladas do Brasil)		100.325
Exclusões temporárias (controladas do exterior)	6.382	17.407
	<u>6.382</u>	<u>117.732</u>

(c) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido - resultado

	2022	2021
Contribuição social corrente (Brasil)	(14)	(8)
Imposto de renda corrente (Exterior)	(70.828)	(92.100)
Imposto de renda diferido (Brasil)	105.919	2.043
Imposto de renda diferido (Exterior)	11.327	6.229
	<u>46.404</u>	<u>(83.836)</u>

(d) Parcelamento ordinário

Em março de 2018 a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário para quitar um débito de IRPJ de anos anteriores no montante de R\$ 644 em 60 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2022 foram quitados o montante de R\$ 622. Do saldo remanescente de R\$ 28 registrado no passivo, R\$ 22 refere-se ao principal e, R\$ 6 refere-se à atualização da Selic acumulada.

26 Custo e despesas por natureza – Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Classificadas por natureza:				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo			(71.896)	(54.496)
Despesas com pessoal			(136.709)	(121.981)
Serviços de terceiros	(1.192)	(303)	(554.504)	(336.859)
Depreciação, amortização e exaustão			(47.318)	(48.361)
Amortização de direito de uso			(8.493)	(451)
Gastos administrativos	(24)	(2.671)	(423.484)	(81.132)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> (i)	1.135.323		(107.416)	(1.972)
	<u>1.134.107</u>	<u>(2.974)</u>	<u>(1.349.820)</u>	<u>(645.252)</u>
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados			(818.221)	(574.635)
Gerais e administrativas	1.134.107	(2.974)	(531.599)	(70.617)
	<u>1.134.107</u>	<u>(2.974)</u>	<u>(1.349.820)</u>	<u>(645.252)</u>

(i) Em dezembro de 2022, a Companhia reconheceu a reversão do *impairment* dos créditos, no montante de R\$ 1.135.323, detido com o GSP e cedeu os créditos para a OLI Lux no montante de R\$ 1.137.205 que reconheceu *impairment* na mesma data sobre os créditos (Nota 19).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas (despesas), líquidas - (Consolidado)

	2022	2021
<i>Impairment</i> (i)	(41.545)	
Ganho na compra de ativo (ii)	911.778	
Outras receitas (despesas), líquidas	(9.306)	11.410
	<u>860.927</u>	<u>11.410</u>

(i) Refere-se a *impairment* sobre investimento em Chavimochic (Nota 13 (b)) e intangível AC Energía (nota 16(b)).

(ii) Ganho decorrente da aquisição da participação de 71,40% da OLI Peru (Nota 1 (c)).

28 Resultado financeiro, líquido - Consolidado

	2022	2021
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(213.221)	(946.980)
Comissões bancárias	(7.573)	(7.904)
Variação cambial passiva	(1.318.966)	(285.524)
<i>Impairment</i> (i)	(14.077)	
Reversão de <i>impairment</i> com partes relacionadas (ii)	319.713	696.921
Provisão para garantias (iii)	(1.890.631)	
Perda na venda debêntures (iii)	(786.444)	
Outras	(10.087)	(115.914)
	<u>(3.921.286)</u>	<u>(659.401)</u>
Receitas financeiras		
Receita com juros	135.352	89.513
Ajuste a valor justo (iii)	747.719	
Variação cambial ativa	1.141.448	302.932
Ganho na compra de instrumento financeiro (iv)	724.985	
Outras	(82.545)	47
	<u>2.666.959</u>	<u>392.492</u>
	<u>(1.254.327)</u>	<u>(266.909)</u>

(i) Refere-se substancialmente ao *impairment* sobre mútuo com Chavimochic no montante de R\$ 13.264 (Nota 10).

(ii) Refere-se a reversão de *impairment* sobre o mútuo OLI Peru.

(iii) Refere-se aos efeitos da homologação do PRJ (Nota 1 (b)).

(iv) Ganho na aquisição de instrumento financeiro (mútuo) (Nota 1 (c)).

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança. A avaliação da probabilidade advém de advogados externos.

As controladas da Companhia são cobradas em ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal dos seus negócios. Essas ações são de natureza tributária, trabalhista e cível. Os processos avaliados como perda provável são provisionados. Os processos avaliados como perda possível não são provisionados, ressalvados os casos relevantes de combinação de negócios. Eventual mudança de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

Obrigações Prováveis – Obrigações nas quais existe uma obrigação legal (ou não) como consequência de um evento passado, em que é provável a saída de recursos para liquidação e que possa ser estimada confiavelmente. Para esses casos/processos, a Companhia e suas controladas fazem provisão contábil e a destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo:

	<u>2022</u>
Tributário	387.806
Trabalhista	638
Cível	<u>4.173</u>
	<u>392.617</u>

Cível

- Bairro Novo: está representado por: i) Garantias R\$ 3: a Bairro Novo mantém provisão para cobrir gastos e reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativas que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura; e ii) Trabalhistas – R\$ 4.173 - representado pelas provisões de contingência trabalhistas atualizadas para o exercício.

Tributária

- OLPD: A controlada indireta OLPD e sua controladora Kuntur Transportadora de Gás S.A (“KTG”) consideraram como despesas dedutíveis nas bases de cálculo da apuração do Imposto de Renda dos anos de 2012 a 2015, gastos com gratificações extraordinárias pagos a empregados, levando em conta o entendimento de que tais gastos seriam aceitos e sustentados pelas normas tributárias. No entanto, a Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT entendeu que os gastos não seriam despesas dedutíveis, multando as empresas e solicitando recálculo na base de cálculo do imposto de renda, gerando novos valores a serem pagos. Parte desses novos valores, considerados como omissões nos processos, foram compensados pelas empresas com perdas fiscais de anos anteriores, remanescendo saldo a pagar, multa e juros.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável chance de perda nos processos que já se encontram na segunda instância. Assim sendo, a Administração da OLPD realizou provisão contábil no montante de R\$ 188.132.

- OLI Peru: O valor corresponde à reparação de capitalização do ágio da venda da Rutas de Lima em 2014 (imposto de renda). O processo encontra-se em recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável chance de perda nos processos que já se encontram na segunda instância. Assim sendo, a Administração da OLI Peru constituiu provisão contábil no montante de R\$ 177.687.

- IITD: O valor da provisão tributária contingente de US\$ 3.087.683 corresponde à reparação da base de cálculo do ITAN Ano 2018, referente às ações da KTG e GSP por se encontrarem em fase pré-operacional. O processo encontra-se em fase de recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

O saldo de US\$ 1.079.221 corresponde ao fato de a KTG ter considerado como despesas dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda dos exercícios de 2014 e 2015 as despesas com bônus extraordinários pagos a funcionários, tendo em vista o entendimento de que tais despesas seriam aceitas e suportadas por regulamentos fiscais. No entanto, a Superintendência Nacional de Administração Aduaneira e Tributária - SUNAT entendeu que os gastos não seriam dedutíveis, autuando a empresa e solicitando o recálculo na base de cálculo do Imposto de Renda, gerando novos valores a pagar.

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável chance de perda nos processos que já se encontram na segunda instância. Assim sendo, a Administração da IITD constituiu provisão contábil no montante de R\$ 21.742.

Obrigações Possíveis – Obrigações nas quais é mais provável que não haja uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, visto que ainda há de ser confirmado se a Companhia tem de fato ou não uma obrigação presente e que pode ser conduzida à uma saída de recursos. Para esses casos/processos, a Companhia não faz uma provisão contábil, mas destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que não são apresentados valores que não possam ser estimados confiavelmente:

	2022	2021
Tributário	21.619	22.023
Cível	18.973	57.146
	<u>40.592</u>	<u>79.169</u>

- (i) Trata-se de embargos à execução opostos contra a Companhia a fim que seja determinada a inexigibilidade de contrato de mútuo, objeto da execução. O processo aguarda o fim da fase de instrutória e julgamento da ação.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Composto, principalmente, por de auto de infração em que a Companhia foi incluída como responsável solidária (art. 124, I, CTN), visando a exigência de PIS e COFINS incidentes sobre a receita das atividades econômicas desenvolvidas na Arena Itaquera, a qual pertence ao Arena Fundo de Investimentos Imobiliário – FII. A autuação decorre da desconsideração da natureza jurídica do FII para empresarial pela fiscalização. A fiscalização passou a tributar as receitas da Arena que ingressaram no FII como se pessoa jurídica fosse sendo a presente autuação os lançamentos das contribuições incidentes sobre o faturamento. A fiscalização incluiu todos os cotistas do FII como responsáveis solidários no lançamento decorrente do suposto interesse comum no fato gerador.

Outras - A Companhia foi demandada no bojo de ações coletivas (i.e., ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações populares) promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de anulação de atos/contratos, ressarcimentos a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações, destaca-se a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia e demais empresas do Grupo Novonor.

A ação em destaque visa o ressarcimento dos supostos danos causados ao erário estadual decorrente da retomada e execução do contrato de concessão dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 do Metrô, cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio em que se encontra o processo.

30 Evento subsequente

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *